

A contribuição da economia de mercado para o bem-estar social

Marcílio Souza dos Santos

Resumo

As sociedades sempre estão buscando as melhores formas de obter bens e serviços para seu bem-estar e de atenuar os conflitos que surgem nas relações envolvendo pessoas e organizações. Nesse contexto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar a contribuição da economia de mercado para o bem-estar das sociedades, focando nas dimensões econômicas, sociais e políticas. Os argumentos teóricos defendem a liberdade econômica segundo os seguintes enfoques: institucional, empresarial (esse em dois autores), transacional e civilizacional. A análise de dados aponta o desempenho mais satisfatório em indicadores econômicos, sociais e políticos por parte dos países mais livres, em comparação com os menos livres. O estudo analisa a contribuição da liberdade econômica para o progresso das sociedades.

Palavras-chave: Economia de Mercado, Bem-estar, Liberdade Econômica, Progresso.

Abstract

Societies are always looking for the best ways to obtain goods and services for their welfare and to mitigate the conflicts that arise in the relationships involving people and organizations. In this context, this article aims to present the contribution of the market economy to the welfare of societies, focusing on the economic, social and political dimensions. Theoretical arguments defend economic freedom according to the following emphases: institutional, business (this one in two authors), transactional and civilizational. The data analysis points to the most satisfactory performance in economic, social and political indicators by the freest countries, in comparison with the less free ones. The research analyzes the contribution of economic freedom for the progress of societies.

Keywords: Market Economy, Welfare, Economic Freedom, Progress.

1. Introdução

A busca pelo bem-estar, no sentido de satisfação de necessidades e desejos existentes no ser humano, existe desde o início da história da humanidade. As pessoas buscam o que precisam para permanecerem vivas, além de procurarem outras coisas que lhes proporcionem algum tipo de prazer. O que se modifica, porém, é a forma com a qual as pessoas buscam os recursos desejados ao longo dos tempos. Pensando a respeito dessas questões, a economia de mercado foi um sistema desenvolvido ao longo da história da humanidade para tratar desses problemas, a saber, a busca do homem não apenas pela sobrevivência, mas também por prazer e conforto. Dentro dessa visão, pode-se dizer que a economia de mercado é o sistema em que os indivíduos cooperam entre si, através do mercado, na divisão social do trabalho. E o mercado é um processo, no qual, ao vender e comprar, ao produzir e consumir, as pessoas contribuem para o funcionamento global da sociedade (MISES, 2009).

Por meio desse arranjo econômico, onde são respeitados os direitos à vida, à propriedade privada e à liberdade para administrar a própria vida, as pessoas direcionam seus esforços e suas habilidades para obterem o que desejam entregando a outras pessoas o que essas também desejam. Logo, os indivíduos têm incentivos ao comportamento racional e eficiente tanto quanto possível, de forma que possam adquirir os bens e serviços que demandam através de transações voluntárias, pacíficas e que tragam ganhos a todos os

envolvidos. O estudo desses assuntos é importantíssimo para a vida social, pois trabalha com análises que buscam melhorar tanto quanto possível o processo de produção, circulação e distribuição de riquezas, de forma a elevar o bem-estar das pessoas de maneira sustentável.

O presente estudo tem o objetivo de esclarecer essas questões. Na revisão de literatura, são apresentadas as contribuições de cinco autores a respeito da liberdade econômica: (1) Adam Smith (1996), em um enfoque institucional, comentando que a liberdade econômica é fundamental para o equilíbrio entre os entes da vida social; (2) Jean-Baptiste Say (1983), em um enfoque empresarial, apontando que a engenhosidade e a inovação dos empreendedores, em um ambiente livre, geram os bens e serviços necessários ao bem-estar social; (3) Carl Menger (1988), em um enfoque transacional defendendo que as trocas individuais, no contexto da subjetividade do valor, levam os agentes envolvidos a alcançarem os objetivos desejados; (4) Ludwig von Mises (2009), em um novo enfoque empresarial, explicando que o cálculo econômico, por meio de um sistema de preços livres, é indispensável para a execução das atividades econômicas; (5) Friedrich August von Hayek (2017), em um enfoque civilizacional, argumentando que o aprimoramento dos costumes e tradições que condicionaram a prosperidade material da humanidade ocorreu sem a deliberação de um ou mais órgãos centralizadores de poder.

Na análise de dados são apresentados indicadores econômicos, sociais e políticos, fazendo-se comparações entre os países mais livres e os menos livres. Os indicadores apresentam os seguintes assuntos, relacionando-os com a liberdade econômica: renda *per capita*; renda recebida pelas populações mais pobres; taxas de pobreza extrema e moderada; expectativa de vida no nascimento; taxa de mortalidade infantil; direitos políticos e liberdade civil; desigualdade de gênero. Por fim, as considerações finais, com base na argumentação teórica e nos dados analisados, analisarão a importância da liberdade econômica nas dimensões econômica, social e política das sociedades.

2. Revisão de literatura sobre liberdade econômica

2.1 Adam Smith (1723-1790)

2.1.1 Tópicos fundamentais

Adam Smith é considerado o fundador da ciência econômica. Seu livro *Uma Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*, mais conhecido como *A Riqueza das Nações* (1776), foi o primeiro tratado organizado de pensamento econômico. O autor trouxe contribuições fundamentais à ciência econômica; alguns de seus conceitos são fundamentais, levando em conta o assunto deste trabalho, para o entendimento correto a respeito da liberdade econômica. Para fins de organização do texto, a teoria do valor-trabalho de Smith, que trouxe outro conceito importante do autor, não será comentada nesse tópico, mas sim posteriormente.

O primeiro conceito é o da divisão do trabalho. É uma distribuição adequada de tarefas entre os trabalhadores de um empreendimento para elevar a produtividade deles e, dessa forma, tornar o produto mais competitivo no mercado. Ora, se a produtividade cresce em decorrência da especialização, a produção pode ser aumentada utilizando-se a mesma quantidade de recursos. Isso é possível por conta de três razões: “em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho,

possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas” (SMITH, 1996, p.68).

Esse conceito foi apresentado por Smith em um período onde as fábricas estavam em desenvolvimento, tendo sido muito importante para a modernização do processo produtivo. Os ganhos de produtividade decorrentes da especialização dos trabalhadores tornaram a produção muito mais eficiente; esse avanço, atrelado à acumulação de capital e ao progresso tecnológico, estimulou o desenvolvimento econômico nos anos que se seguiram à publicação da obra de Smith.

Outro conceito importante apresentado pelo autor em questão foi o do *laissez-faire*, a ausência de intervenção governamental nos negócios. Smith defendia um ambiente empresarial livre principalmente por conta do contexto negativo que predominava nas esferas de governo de seu tempo. Nos tempos do autor, os governos eram perdulários, ineficientes e corruptos, concedendo privilégios a alguns setores da sociedade em detrimento do todo (OSER e BLANCHFIELD, 1983). Ainda hoje há governos que se comportam dessa forma, por meio do acúmulo de inúmeras atribuições, clamando para si o poder de determinar quais agentes serão prósperos e quais serão fracassados. Dessa forma Smith, defendia que a iniciativa individual nos negócios, onde cada pessoa busca satisfazer seus interesses por meio da satisfação dos interesses de outros, é fundamental no estabelecimento do bem-estar social.

Smith não chegou a propor a extinção do governo. Ele delineou para essa esfera de administração pública algumas atividades essenciais para a ordem social: proteger a sociedade de ataques externos, administrar a justiça dentro do país e construir e manter obras e instituições públicas que a iniciativa privada não tivesse condições de empreender (OSER e BLANCHFIELD, 1983).

Ainda no contexto do *laissez-faire*, Smith era favorável à liberdade externa e interna de negócios. Quanto ao ambiente interno, ele defendia que a competição entre os empresários eliminaria os incentivos ao comportamento ineficiente e/ou fraudulento, estimulando-os a conquistar mercados por meio da melhora constante da qualidade de seus produtos. Em outras palavras, o ambiente empresarial pode contribuir para o bem-estar social se nele houver concorrência; sendo esta a resposta, os empresários não poderiam enriquecer lesando seus clientes mesmo que tentassem tal coisa, pois os eventuais lucros extraordinários atrairiam novos competidores, que eliminariam os ganhos excessivos presentes em determinado mercado (OSER e BLANCHFIELD, 1983).

Quanto ao ambiente externo, Smith afirmava que a liberalização do comércio internacional era um instrumento importante para a prosperidade material (e para o bem-estar social como um todo). Na impossibilidade de as sociedades serem autossuficientes, o intercâmbio de bens as ajudaria na obtenção das coisas desejadas pelos agentes econômicos e que não pudessem ser obtidas domesticamente. O raciocínio do autor se mostra bastante intuitivo: “se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço mais baixo do que o da mercadoria fabricada por nós mesmo, é melhor compra-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem” (SMITH, 1996, p.439).

O último conceito que será analisado no presente tópico é o de desenvolvimento econômico. Na visão de Smith, ele ocorre de forma mais intensa através da divisão do trabalho, e não pelo simples acúmulo de metais preciosos. O comércio é também um fator importante, pois estimula a especialização do trabalho para as atividades mais rentáveis. A esse respeito, a divisão do trabalho permite que sejam introduzidos equipamentos para

aumentar a produtividade das pessoas. Quando, por exemplo, um homem sozinho fabrica sapatos não pode haver uma máquina que o faça por ele. Mas, quando a manufatura de calçados é dividida em operações simples, ferramentas e máquinas podem ser inventadas para substituir o trabalho braçal e/ou manual (OSER e BLANCHFIELD, 1983).

Ainda na questão do desenvolvimento econômico, a situação dos trabalhadores melhoraria se a taxa de crescimento da riqueza (produto) nacional fosse mais alta que a taxa de crescimento populacional. Por meio da acumulação de capital, as empresas teriam recursos para investir e elevar o capital por trabalhador; logo, ele teria sua produtividade e renda aumentadas. Portanto, os trabalhadores seriam beneficiados não pela grande riqueza nacional, mas pelo crescimento constante dela (OSER e BLANCHFIELD, 1983). Ora, se uma riqueza permanece estática, por maior que ela seja pode ser totalmente consumida caso a economia não se desenvolva; logo, ela não poderia ser reinvestida para gerar mais progresso, prejudicando a elevação de capital físico e humano por trabalhador. É nesse sentido que o crescimento perene da riqueza é importante. Smith antecipou a necessidade da busca pela elevação do capital *per capita* do país para que as pessoas possam elevar suas rendas e, conseqüentemente, o bem-estar.

2.1.2 Adam Smith e a liberdade econômica em um enfoque institucional

Com base nos conceitos apresentados, observa-se que a liberdade econômica é fundamental para o equilíbrio de forças entre os agentes de uma sociedade. Eles são livres em suas decisões (de trabalho, de consumo, de comércio, entre outras), mas são incentivados à adoção de um comportamento responsável, no sentido de não lesarem a quem quer que seja; caso contrário, sofrerão as devidas sanções legais. Por meio da liberdade econômica, as responsabilidades entre as esferas de negócios e de governo ficam muito bem delineadas, sem que uma busque se agigantar sobre a outra. Cada uma dessas esferas tem sua área legítima de atuação, atuando conforme sua natureza e suas responsabilidades para o bem-estar social; um ambiente livre, com um arranjo institucional e jurídico que respeite os direitos de propriedade e os contratos, contribui para o equilíbrio entre os entes sociais. Mesmo que de forma primitiva, e com muitas limitações instrumentais de pesquisa, o autor propõe uma partição bastante justa de atribuições entre empreendedores e governantes, onde cada um contribui segundo sua natureza para o bem-estar social.

A liberdade econômica também é muito importante para o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Quando o ambiente de negócios é livre interna e externamente, os incentivos à especialização do trabalho e ao comércio internacional são aproveitados pelos agentes econômicos. Dessa forma, abre-se o caminho para as elevações de produtividade (via especialização do trabalho, e, posteriormente, com a utilização de maquinário produtivo) e para trocas comerciais mais benéficas do que a produção interna para certos tipos de bens. Esse desenvolvimento também beneficia os trabalhadores, pois as elevações de suas produtividades causam aumentos de suas rendas. Por conta desse conjunto de fatores, a sociedade pode alcançar excelentes condições para o seu bem-estar.

2.2 Jean-Baptiste Say (1767-1832)

2.2.1 Tópicos fundamentais

Say foi um dos economistas que, ao longo da história, mais apoiou a liberdade econômica para os países. Entretanto, algumas de suas posições discordavam das dos economistas clássicos. O autor, por exemplo, se opunha à teoria clássica do valor-trabalho; essa teoria havia sido desenvolvida por Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*. Segundo

esse autor, “o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (SMITH, 1996, p.87). Say opôs-se a essa teoria, substituindo-a pela teoria da oferta e da procura, com base no custo de produção e na utilidade (OSER e BLANCHFIELD, 1983). Ou seja, o autor colocava que o valor dos bens é definido pelo benefício percebido pelos consumidores, no sentido da satisfação de desejos por meio do consumo de determinados bens.

O autor também trouxe nova visão a respeito do empreendedorismo. Say acreditava que os empreendedores eram os agentes com as melhores condições de levar adiante os processos produtivos necessários para que a sociedade obtivesse os bens que desejasse, pois estavam trabalhando diariamente na produção de bens e serviços e eram mais cientes, portanto, do que governantes e burocratas a respeito de como os negócios devem funcionar. Falando sobre artigos e matérias necessários à produção, ele afirmou que os produtores são quem mais entendem da transformação, da extração e da introdução desses diversos artigos e matérias e que qualquer autoridade que aí intervenha tende a prejudicar o ambiente de negócios (SAY, 1983). Ainda que de forma primitiva, Say havia percebido a importância do trabalho dos empresários, em termos de capacidade de agregação de valor, para atividade econômica. Foi nesse contexto que esse pensador também defendeu o *laissez-faire* para a atividade empresarial.

Mas a contribuição mais famosa de Say foi a respeito de sua lei dos mercados, segundo a qual a oferta de um bem, quando é demandada pelos consumidores, abre caminho para a demanda por outros bens. O autor demonstrou essa ideia falando da interação entre produtores de setores econômicos distintos, afirmando que uma boa colheita não favorece apenas quem a cultiva, mas também àqueles que precisam adquirir esse produto. Uma colheita má, entretanto, prejudica todas as vendas, pois um dado produto ficará mais escasso (e, portanto, mais caro) no mercado. De forma semelhante, um ramo de comércio que prospera fornece recursos que podem aumentar as vendas de vários outros comércios; por outro lado, quando uma parte dos tipos de comércio entra em crise, a maior parte dos outros também sofre com perdas (SAY, 1983).

Say também exemplificou sua lei dos mercados com uma ilustração bastante didática, que apresenta um raciocínio bastante intuitivo. “Com efeito, um padre vai a um comerciante para comprar uma estola ou uma sobrepeliz. O valor que leva ao comerciante encontra-se sob forma de uma soma de dinheiro: de quem a recebeu? De um coletor que a tirou de um contribuinte. De quem a recebeu o contribuinte? Tinha sido produzida por ele. É esse valor produzido, inicialmente trocado por escudos, depois dado a um padre, que permitiu que este fosse fazer sua compra. O padre substituiu o produtor, e o produtor, não fosse isso, poderia ter comprado para si mesmo, com o valor de seu produto, não uma estola ou uma sobrepeliz, mas qualquer outro produto mais útil. O consumo que foi feito do produto chamado sobrepeliz ocorreu às expensas de outro consumo. De qualquer maneira, a compra de um produto só pode ser feita com um valor de outro” (SAY, 1983, p.139).

Say deixa claro que a produção antecede o consumo, de forma que as pessoas só possam demandar algo se puderem ofertar a terceiros sua própria produção. E com o valor que obtêm do que produzem, as pessoas demandam os produtos que desejam. Portanto, em nenhum momento o autor afirma que a oferta “automaticamente” gera sua própria demanda. Nesse sentido, de acordo com Say, a superprodução ocorre quando, por erro de estimação de demanda, os empresários produzem em excesso alguns produtos e não produzem outros,

efetivamente demandados. Mas essa crise não se estende para o longo prazo, desde que o sistema de preços flua livremente e permita o rearranjo dos negócios.

2.2.2 Jean-Baptiste Say e a liberdade econômica em um enfoque empresarial

A liberdade econômica é fundamental para que o empreendedorismo flua de forma adequada. É por meio dessa atividade que os bens e serviços são entregues à sociedade da maneira mais eficiente possível. Além disso, através da engenhosidade e da inovação humanas, novos produtos podem ser desenvolvidos e melhorar substancialmente o bem-estar social. Para que esse processo não seja prejudicado, os contratos e os direitos de propriedade devem ser respeitados; o ambiente de negócios, tanto interna quanto externamente, não deve ser excessivamente regulado e/ou tributado. Os empreendedores produzem mais riquezas mediante os incentivos corretos.

Os consumidores também se beneficiam da atividade empreendedora, quando realizada em um contexto de liberdade econômica. Quando este cenário existe, eles têm muito mais opções de bens e serviços, bem como podem desfrutar da maior qualidade deles e de preços não abusivos. A liberdade econômica, nesse sentido, também é útil na garantia da liberdade individual de aquisição e consumo. Quando o ambiente de negócios é livre, os consumidores têm muito mais condições de obter os bens que desejam.

2.3 Carl Menger (1840-1921)

2.3.1 Tópicos fundamentais

Menger foi um dos precursores da Escola Austríaca de Economia. Sua obra *Princípios de Economia Política*, de 1871, trouxe uma contribuição muito importante para a ciência econômica, e também para o entendimento correto sobre a liberdade econômica. O autor criticou a teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos, em uma visão semelhante à de Say, inclusive. Menger apresentou a teoria do valor subjetivo, na qual o valor “é a importância que determinados bens concretos (...) adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só poderemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles” (MENGER, 1988, p.73). Dessa forma, Menger entendia que o valor dos bens produzidos em uma economia se dá pela percepção dos consumidores sobre os benefícios que eles poderiam proporcionar.

Portanto, uma mesma mercadoria trará níveis diferentes de satisfação para cada agente; cada um busca um fim que não necessariamente seja o mesmo do outro, mesmo que ambos queiram a mesma mercadoria (NORI *et al*, 2019). Conforme o exposto até aqui, entende-se que a teoria do valor subjetivo de Menger coloca que o consumidor determina, em última instância, o valor dos bens, pois são suas preferências e decisões que norteiam o processo produtivo da economia. Além disso, as pessoas não atribuem valor às mesmas coisas, e nem as valoram da mesma forma. É por isso que o autor defende a subjetividade do valor econômico, pois ele é determinado pelas pessoas conforme suas particularidades. Logo, não é possível estabelecer uma medida comum para o valor, como o trabalho.

As ideias do parágrafo anterior trazem uma implicação importante. Se a preferência dos consumidores determina o valor dos bens econômicos, então os custos inerentes aos processos produtivos (custos de matéria-prima, equipamentos, mão de obra, etc.) são decorrentes do valor dos bens finais ou bens de consumo imediato. Os produtores de um sistema econômico levam em conta esse raciocínio no planejamento dos custos das operações produtivas de seus empreendimentos.

Menger fez também apontamentos importantes sobre as trocas em um sistema econômico. Ele defende a ideia de que as trocas não envolvem equivalência de valor entre os bens mutuamente transferidos; na verdade, cada agente envolvido na troca só a realiza se obtiver um valor maior no bem que recebe, em comparação ao bem cedido. O autor apresenta esse pensamento com um exemplo intuitivo: “o agente A só estará disposto a negociar com B, abrindo mão do bem que possui, se enxergar, segundo sua própria análise subjetiva, maior valor no bem devido por B. Por sua vez, B também deve estabelecer tal relação para que a negociação se concretize” (MENGER, 1988, p.113).

Menger também descreveu como os preços se comportam em um cenário monopolístico. Eles irão variar dentro da margem valorativa, tanto do vendedor quanto do comprador, mas essa margem vai se estreitando na medida em que entram na disputa mais concorrentes pela aquisição do bem, tal que os preços fiquem mais próximos da oferta do comprador que apresenta mais condições ou maior disposição na transação (NORI *et al*, 2019). Dessa forma, quanto mais compradores estiverem dispostos a adquirir certo bem de um produtor monopolista, maior será o nível de preços praticado por este. De forma semelhante, quanto maior for a concorrência em um mercado, menores são os preços que nele se verificam. O fato é que a concorrência beneficia os consumidores no sentido de conceder incentivos aos empreendedores para que sejam eficientes e inovadores na gestão de seus negócios.

2.3.2 Carl Menger e a liberdade econômica em um enfoque transacional

A liberdade econômica faz com que os agentes econômicos sejam de fato livres para efetuarem suas transações para fins de trabalho, de consumo, de produção, etc.. É dessa forma que eles podem obter o que precisam para satisfazer seus desejos. Levando em conta a subjetividade do valor, onde cada agente valora os bens econômicos de forma diferente, é totalmente inviável para um órgão central reunir toda a informação necessária para estabelecer, ou mesmo conceder, o bem estar social. Esse assunto será retomado adiante no presente trabalho.

A liberdade econômica, tanto interna quanto nas relações com o exterior, estabelece condições de concorrência no ambiente de negócios. Isso impede quase que totalmente os agentes econômicos de aceitar transações lesivas ou fraudulentas. A concorrência, juntamente com o estabelecimento de direitos de propriedade e do cumprimento de contratos, propicia um ambiente favorável para transações benéficas a todos os envolvidos.

2.4 Ludwig von Mises (1881-1973)

2.4.1 Tópicos fundamentais

Mises é um dos principais autores da Escola Austríaca de Economia, tendo defendido com vigor e coerência a liberdade econômica em suas obras. A linha de pensamento apresentada por ele prescreve limites para os governos e incentivos às atividades empresariais. Mises apresenta uma definição perspicaz para a economia de mercado, conforme apresentada na introdução: ela é o sistema no qual os indivíduos cooperam uns com os outros, por meio do mercado, na divisão social do trabalho. O mercado, por sua vez, é um processo onde as pessoas contribuem para o funcionamento da sociedade ao produzir, consumir e transacionar (MISES, 2009). Nessa perspectiva, a economia de mercado é apresentada como uma instituição fundamental para o funcionamento e progresso da sociedade. É no contexto da economia de mercado que as pessoas têm os incentivos para que se desenvolvam na vida,

tendo liberdade para produzir, trabalhar, consumir, poupar etc., e assim contribuam para o bem-estar social de si mesmas e de terceiros.

Para que a economia de mercado funcione adequadamente, o empreendedorismo é um elemento crucial. Os empreendedores procuram saber as demandas dos indivíduos, alocam seus recursos para satisfazê-los e, se forem bem-sucedidos, auferem remuneração na forma de lucros. Eles usam a criatividade e assumem riscos para que contribuam com a criação de riqueza. Para que essa atividade floresça, são necessários os seguintes atributos: governo limitado, respeito aos direitos de propriedade, leis boas e estáveis e economia de mercado (IORIO, 2013). Portanto, em um ambiente de estabilidade política, jurídica e institucional, e onde haja de fato liberdade econômica, existem excelentes incentivos à atividade empreendedora, por meio da qual as sociedades alcançam elevados níveis de bem-estar.

Mises não propôs a extinção do governo, mas delineou atribuições bastante específicas para essa esfera da vida social: proteger a sociedade de crimes violentos e/ou fraudulentos, internamente falando, bem como defender o país de agressores estrangeiros (MISES, 2009). Esse é o papel fundamental dos governos no contexto da economia de mercado: a garantia da lei e da ordem, indispensável ao bem-estar social.

Era nessa perspectiva que o autor se opunha a um arranjo econômico intervencionista, ou seja, com o governo executando as principais atividades do sistema econômico. Isso significa que o governo está desejoso de fazer mais do que lhe cabe, de forma que ele se agigante sobre as demais esferas da vida social (incluindo a economia). “Quando falamos de intervencionismo, referimo-nos ao desejo que experimenta o governo de fazer mais que impedir assaltos e fraudes. O intervencionismo significa que o governo não somente fracassa em proteger o funcionamento harmonioso da economia de mercado, como também interfere (...) nos preços, nos padrões salariais, nas taxas de juros e de lucro” (MISES, 2009, p.47).

O governo costuma participar dos fenômenos de mercado por meio da criação de empresas públicas. Podem ser empresas de correio, de administração de ferrovias, de indústria pesada, dentre outras atividades. O grande problema desse arranjo é que, mesmo se essas empresas forem deficitárias, elas podem continuar funcionando, porque o governo pode sustentá-las por meio da cobrança de tributos aos demais agentes econômicos. Se os pagadores de impostos aceitarem passivamente essa cobrança, empresas públicas ineficientes continuarão funcionando normalmente. Quanto mais dinheiro o governo retira dos agentes econômicos por meio de tributos para sustentar empresas públicas ineficientes, menos recursos estarão disponíveis para as atividades produtivas da economia. Logo, em um cenário de cobrança pesada de tributos, o bem-estar social é severamente comprometido.

Sendo Mises crítico do intervencionismo, ele também era um detrator do socialismo. Para o autor, esse regime era inerentemente irracional, sendo também, portanto, totalmente inviável de ser posto em prática. O socialismo se mostra como uma oposição completa ao capitalismo, sobretudo por defender o fim da propriedade individual e substituí-la pela propriedade coletiva. Nesse sistema é impossível que haja mercados; dessa forma, algum órgão central deve ter a responsabilidade de efetuar a alocação dos recursos da economia. Portanto, elimina-se totalmente a iniciativa individual e também a concorrência. É nesse momento que se manifesta a irracionalidade do socialismo, pois “sem livre iniciativa e sem livre concorrência, não há formação genuína de mercados; sem mercados, torna-se impossível realizar formação de preços. Com a ausência de preços de mercado, cálculos de lucros e prejuízos se tornam imensuráveis e, conseqüentemente, não há como direcionar a utilização dos recursos escassos de maneira racional e eficiente” (NORI *et al.*, 2019, p.13). Na impossibilidade de alocação racional dos recursos, o colapso econômico é inevitável.

Desse pensamento surge uma implicação importante. Não havendo preços de mercado, não é apenas a alocação de bens de consumo que fica prejudicada. A alocação de bens de capital, utilizados nos processos produtivos (máquinas, equipamentos, prédios, etc.), também sofre consequências negativas. Em uma economia de mercado, os empresários tomam decisões a partir dos preços presentes e das expectativas sobre os preços futuros, tal que os preços relativos reflitam abundância ou escassez, indicando o que os empresários devem ou não produzir (NORI *et al*, 2019). Os bens de capital no socialismo também não apresentam preços legítimos. Logo, o cálculo dos custos do processo produtivo fica inviabilizado, prejudicando o fornecimento de bens e serviços à sociedade.

2.4.2 Ludwig von Mises e a liberdade econômica em um novo enfoque empresarial

A liberdade econômica é importante para que, por meio da atividade empresarial, a sociedade realize a alocação racional e eficiente dos seus recursos. Os cálculos necessários a esse processo só são possíveis quando existe um sistema confiável de preços, conforme a economia de mercado proporciona. A iniciativa empresarial precisa disso para entregar à sociedade os bens e serviços necessários ao seu bem-estar. Junto à economia de mercado, como já explicado, é preciso que haja também limitação do poder dos governos e estabilidade jurídico-institucional que garanta os direitos de propriedade e o cumprimento dos contratos.

É interessante notar que a perspectiva de Mises traz um bom complemento à análise de Say, vista anteriormente. A engenhosidade e a inovação dos empreendedores são consideravelmente estimuladas, e até mesmo desenvolvidas, quando eles podem fazer cálculos e planos mediante preços confiáveis. Quando os custos podem ser devidamente estabelecidos, fica mais fácil desenvolver bens e serviços que tragam as soluções que a sociedade precisa para que alcance níveis satisfatórios de bem-estar.

2.5 Friedrich August von Hayek (1899-1992)

2.5.1 Tópicos fundamentais

2.5.1.1 Mercado, preços e competição

Hayek, assim como Mises, é um dos grandes nomes da Escola Austríaca de Economia, além de ter sido um dos pensadores que mais defendeu a liberdade econômica. Suas visões auxiliaram substancialmente no entendimento da importância da economia de mercado e dos problemas inerentes a uma economia pautada no dirigismo centralizador. Esse pensador apresenta o mercado como uma ordem espontânea, onde os homens, apesar de defenderem diferentes valores e propósitos, têm condições de viverem juntos e em paz visando o benefício de todos. Isso porque, com cada um buscando seus próprios interesses, os homens ajudam uns aos outros na busca de seus objetivos, que ainda que sejam diferentes, podem se coordenar viabilizando a ocorrência de transações. Para o autor o padrão de atividade gerado pelo processo de mercado não é criado de forma deliberada. Não existe um único objetivo ou propósito para ele concretamente falando, pois nele inúmeras pessoas buscam seus próprios objetivos e propósitos individuais (BUTLER, 1987). Ao invés de o processo de mercado determinar fins concretos e iguais para todos, ele funciona mediante regras sobre como agir e como não agir nas interações com outros indivíduos e organizações. Dessa forma, o planejamento econômico centralizado é totalmente inviável, pois a economia funciona mediante as ações de diversos agentes, e não de apenas um.

O mercado não existe para atender a valores ou objetivos particulares, mas seu efeito na sociedade é o de aumentar a possibilidade de todos os indivíduos alcançarem seus

objetivos. Para isso, a liberdade econômica deve ser preservada para que a liberdade individual não seja ferida, no sentido de que cada pessoa seja livre para obter e/ou realizar o que deseja, desde que a liberdade de outros não seja prejudicada. O bem-estar social depende disso para seu estabelecimento.

Hayek também fez colocações importantes sobre o sistema de preços. Eles transmitem sinteticamente informações sobre os níveis de escassez e de demanda pelos bens e serviços existentes no sistema econômico. São, portanto, sinais que levam os indivíduos a suprirem as necessidades uns dos outros, enquanto realizam transações no mercado (BUTLER, 1987). Dessa forma, tanto consumidores quanto produtores não precisam realizar o tempo todo pesquisas complexas de mercado. Muitas vezes a observação dos preços, contanto que eles sejam confiáveis, já é suficiente para as tomadas de decisão.

Nessa perspectiva, os preços reúnem e dão sinais (embora nem sempre perfeitos) a respeito de uma grande quantidade de informações sobre custos de produção, custos de transporte, tributação, preferência dos consumidores, entre outras. A vastidão de informações é tamanha que inviabiliza totalmente o trabalho de uma autoridade central que queira controlar os preços de mercado. Portanto, de acordo com Hayek, o mecanismo de preços dirige milhares ou mesmo milhões de mercadorias para a sua mais eficiente utilização. Ele funciona como se um grande computador calculasse todas as combinações possíveis, bem como as formas de substituição que poderiam ocorrer; tudo o que os fabricantes precisam saber é o que dizem os preços relativos entre duas mercadorias, admitindo um sistema confiável de preços (BUTLER, 1987).

Hayek também fez estudos sobre a competição na economia. Ela é essencial para o processo de mercado, tanto entre produtores quanto entre consumidores, pois ajuda consideravelmente na transmissão de informação econômica por meio dos preços. Portanto, mesmo que de forma imperfeita, os preços difundem graus importantes de conhecimento. A competição realiza a diferenciação entre os agentes econômicos, lhes incentivando a optar pela transação mais satisfatória (BUTLER, 1987). Produtores e consumidores podem escolher, por competição e buscando a melhor qualidade dos produtos pelo custo mais baixo possível, quais os parceiros com os quais podem estabelecer as relações que mais lhes dão vantagens. Portanto, em um ambiente competitivo, a transmissão de informações através de preços confiáveis contribui para que os bens e serviços apresentem níveis mais satisfatórios de qualidade.

No cenário de competição, os produtores são instigados a descobrir, por tentativa e erro, as preferências dos consumidores, bem como os meios para atendê-las da forma mais eficaz e lucrativa possível. O processo competitivo é altamente dinâmico e requer dos produtores atenção e sensibilidade às mudanças nos mercados. Isso incentiva os empreendedores a adotarem as melhores práticas para os seus negócios, de inovação, de pesquisa e desenvolvimento, de análise de cenários econômicos, de gestão de custos, de gestão de pessoas, entre outros. Portanto, é na presença de competidores efetivos e potenciais que os empreendedores fogem da ineficiência e investem forte na qualidade dos bens e serviços que ofertam à sociedade.

2.5.1.2 Teoria dos ciclos econômicos

Hayek também trouxe outra contribuição importantíssima para a teoria econômica: a teoria dos ciclos econômicos, que lhe rendeu o Prêmio Nobel em 1974. O autor percebeu que as expansões da atividade econômica levariam a crises no futuro, caracterizando ciclos econômicos: “a TACE (teoria austríaca dos ciclos econômicos) pode ser compreendida em

cinco estágios: 1) boom da economia via expansão da oferta monetária; 2) aumento da renda e seus efeitos sobre a economia real; 3) aperto do crédito ocasionado pela disputa de demanda por bens de consumo e bens de capital; 4) recessão; e, finalmente, 5) o início da recuperação da economia, expurgando os investimentos errôneos (*malinvestments*)” (IORIO, 2011, p.160-166, apud NORI *et al*, 2019, p.15).

Essas etapas de fato explicam bem a questão dos ciclos econômicos. Quando ocorre expansão monetária, a taxa de juros cai. Logo, a economia é aquecida no curto prazo, pois o crédito se tornou mais barato. Com mais crédito para os agentes econômicos, a renda real aumenta por algum tempo, de forma que a demanda por bens e serviços também se eleva. Porém, em um dado momento, surge uma disputa mais intensa pelo crédito, que até consegue elevar o PIB; mas essa disputa também leva a um problema de inflação. E se os preços sobem, há incentivos para o aumento da oferta de bens e serviços. Conforme o tempo passa, a elevação dos preços leva a uma demanda estrangulada e a uma oferta estimulada; em um dado momento, alguns bens e serviços não serão consumidos, levando à recessão. Com isso, os empreendimentos mais ineficientes serão eliminados do sistema econômico, de forma que os mais viáveis mantenham suas atividades e deem início à retomada da economia.

Ainda sobre essas questões, Hayek demonstrou que são diferentes os impactos de uma queda na taxa de juros causados por aumentos na oferta de moeda e no aumento da poupança. Os primeiros provocam flutuações cíclicas, mas os segundos não; os primeiros são nocivos, enquanto os segundos são virtuosos. Os impactos de uma expansão monetária sem poupança correspondente sobre a estrutura de produção da economia podem ser chamados de efeito taxa de juros (IORIO, 2011). A queda da taxa de juros decorrente de expansão monetária gera um benefício passageiro, pois gera bolhas econômicas e desencadeia crises severas. Já a queda da taxa de juros decorrente do aumento da poupança proporciona benefícios duradouros, pois a economia passa a dispor naturalmente de mais recursos para investimentos que elevam a produtividade e, conseqüentemente, a renda dos agentes econômicos. Nesse segundo caso as economias crescem de forma sustentável, contribuindo corretamente para o bem-estar social.

Com base nessa análise, de acordo com a visão da escola austríaca, o problema de superprodução na economia não tem a ver com o espírito animal dos capitalistas, como havia afirmado John Keynes, mas sim pela intervenção do governo nas taxas de juros. Isso modifica a preferência temporal dos agentes econômicos, incentivando-os à elevação do consumo presente (dado o crédito artificialmente barateado). Essa intervenção nos juros logo repercute nos preços dos bens e serviços, distorcendo a escassez relativa dos mesmos. Logo, os preços enviam sinais errados para os agentes econômicos, que acabam por fazer investimentos errôneos, que em um dado momento entram em colapso, gerando falências, demissões e recessão. Para Hayek, os projetos insustentáveis (*malinvestments*) devem ser eliminados do mercado, pois o emprego nos períodos de curto e médio prazo só era mantido graças à inflação e não por causa do dinamismo e fortalecimento da capacidade da economia. Somente quando esses *malinvestments* forem completamente encerrados, a economia poderá voltar a crescer de maneira sustentável ao longo do tempo (NORI *et al*, 2019).

2.5.1.3 Crítica ao socialismo

Hayek também foi um crítico ferrenho do socialismo, tendo apresentado ideias que refletem sobre os problemas efetivos desse sistema e seus danos aos indivíduos. A princípio, o socialismo impõe um regime totalitário à sociedade, pois provoca uma forte concentração de poder nas autoridades governamentais. Elas têm o dever de processar inúmeras informações econômicas que são em umerosas demais para serem controladas democraticamente e muito pormenorizadas para serem abrangidas por regras gerais de conduta. Inevitavelmente, então, o

sistema socialista se degenera em um regime ditatorial, no qual prevalece a vontade do grupo no poder em detrimento da lei (BUTLER, 1987). Portanto, a sociedade que estiver vivendo sob um arranjo socialista sofrerá com pesada coerção do governo para que os objetivos do planejamento central sejam alcançados, não importando quais sejam os custos humanos e econômicos disso.

Outro argumento de Hayek contra o socialismo diz respeito à complexidade dos fatores sociais e econômicos que envolvem as relações entre os indivíduos. Essa complexidade se coloca contra, e não a favor, do planejamento centralizado. Para o autor a sociedade e o processo econômico são tão complexos, que inviabilizam o trabalho de qualquer planejador central. Esse é um crédito a favor do mercado, que tem a capacidade de deter, processar e utilizar muito mais informação do que qualquer órgão central possa aprender (BUTLER, 1987). Não é possível garantir que o planejamento central de uma economia domine todas as informações sobre a oferta e a demanda de bens e serviços, nem que as obtenham com custo baixo e que consigam fazer as pessoas agirem exatamente conforme os objetivos centralmente planejados.

Esse raciocínio conduz a uma implicação importante. Se o planejamento centralizado é inerentemente totalitário e inviável, a melhor alternativa a isso é a descentralização das decisões por parte dos agentes econômicos. Se a realidade de fato for assim, isso significa que tanto produtores quanto consumidores são livres para fazer planos segundo os fins que têm em mente, contanto que não adotem comportamentos fraudulentos e/ou agressivos. Dessa forma, por exemplo, as empresas podem ser livres para planejar a produção e a comercialização de seus produtos, para decidir quais clientes pretendem atender, para se adaptar às mudanças de mercado ou de fatores sociais e políticos, entre outras decisões. De forma semelhante, os indivíduos podem ser livres para escolherem sua profissão, quais produtos consumir, para aplicar o dinheiro que possuem onde desejam, etc..

A crítica de Hayek ao socialismo não se limita aos assuntos tratados acima. A análise dele, na verdade, assume grande profundidade porque explica como esse sistema deseja reconfigurar até mesmo a evolução civilizacional humana. De acordo com o autor, “o objetivo do socialismo não é nada menos que reprojeter por completo nossa moral tradicional, nosso direito e nossa linguagem e, com base nisso, erradicar a velha ordem e as condições supostamente inexoráveis e injustificáveis que evitam a instituição da razão, da realização pessoal, da justiça e da verdadeira liberdade” (HAYEK, 2017, p.94). Aos socialistas, portanto, não basta conquistar todo o poder político e econômico em uma sociedade. É preciso estabelecer um novo paradigma de civilização e interação humana, de acordo com os interesses do grupo que comanda a sociedade imersa no regime socialista. Entretanto, apesar dessa pretensão colossal (e um tanto absurda) e dos esforços para torna-la real, não é possível alcançar resultados satisfatórios seguindo nessa direção.

Hayek fala do que chamou de ordem ampliada de interação humana, na qual os seres humanos, ao longo dos séculos, vivenciaram uma evolução natural de costumes e tradições nos relacionamentos entre si. Os costumes e tradições que permitiram tanto prosperidade material quanto expansão populacional foram reproduzidos de geração em geração, proporcionando a evolução civilizacional humana. Alguns dos costumes e tradições mais importantes são os seguintes: a propriedade privada, a poupança, o intercâmbio, a honestidade, a sinceridade os contratos (HAYEK, 2017). Eles contribuíram para formação da moralidade dos indivíduos, que influencia profundamente suas atitudes. Todo esse processo é bastante complexo, envolvendo informações das mais variadas e amplamente dispersas. Logo, como visto anteriormente, o planejamento central proposto pelo socialismo é impraticável.

A ordem ampliada se desenvolveu conforme os grupos que seguiram os costumes e tradições citados no parágrafo acima se tornavam mais prósperos em comparação àqueles que seguiam outros caminhos. O mercado e a ordem ampliada conseguiram sustentar mais pessoas a partir de recursos existentes e por descobrir do que seria possível por meio de um processo dirigido pessoalmente. Dessa forma, a moralidade que se desenvolveu junto com a evolução da ordem ampliada permitiu que a humanidade prosperasse ao longo do tempo, crescendo em população, ocupação territorial do planeta e prosperidade material.

Portanto, o desenvolvimento da ordem ampliada não se deu em um contexto de dirigismo ou planejamento centralizado. Não foi possível criá-la deliberadamente no sentido de designar integralmente seus propósitos e de prever com exatidão os efeitos que ela seria capaz de produzir. Ela se desenvolveu ao longo do tempo, gradual e lentamente, conforme os costumes e tradições que mais facilitaram a sobrevivência e a prosperidade dos grupos humanos se tornavam mais e mais estabelecidos. Estendendo o raciocínio, a evolução da ordem ampliada se deu sem que as pessoas nela envolvidas deliberassem esse processo e sem que tivessem em mente as consequências de suas ações ao longo da história da humanidade. A evolução da ordem ampliada transcende a capacidade humana de compreensão, pois essa ordem se desenvolveu (e ainda vem se desenvolvendo) em meio a processos tanto iem umeráveis quanto complexos. Portanto, é impossível que um indivíduo ou um pequeno grupo possa gerenciar a ordem ampliada e, nesse contexto, determinar especificamente o bem-estar e a justiça para todos os agentes envolvidos.

Se no desenvolvimento da ordem ampliada não pode haver dirigismo centralizador, então a maioria dos fins das ações não pode se concretizar mediante deliberação. Algumas razões ajudam a fixar esse entendimento. Em primeiro lugar, o conhecimento acumulado pela humanidade se forma, principalmente, pela seleção dos melhores costumes e tradições. Por meio desse processo, como explicado anteriormente, os grupos humanos adotaram práticas que lhe permitiram tanto expansão populacional quanto prosperidade material. A tradição, nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento civilizacional da humanidade. Em segundo lugar, a seleção de regras de conduta se dá pelas consequências de longo prazo que elas oferecem. As regras sobre propriedade e contratos, por exemplo, foram bem sucedidas nessa seleção, pois permitiram que os indivíduos estabelecessem relações benéficas entre si e, em decorrência disso, suas respectivas comunidades prosperassem mais, quando comparadas a outras que adotaram outras práticas. Para que a utilização da propriedade e dos contratos produza os melhores resultados, os agentes precisam lidar com um volume enorme e disperso de informações; elas são expressas por meio de sinais (normalmente preços de mercado), que guiam a tomada de decisão. Em terceiro lugar, a ordem ampliada permite um crescimento muito elevado da produtividade, por conta da divisão do trabalho. Dessa forma, os agentes não podem prever diretamente quais necessidades serão supridas por seus trabalhos, nem quais os efeitos ocorrerão em decorrência destes. A complexidade desses processos impede sua deliberação e/ou construção pela razão humana.

2.5.2 Friedrich von Hayek e a liberdade econômica em um enfoque civilizacional

Hayek trouxe uma abordagem muito rica nos assuntos que tratou. Sua análise contribuiu para o entendimento de assuntos não somente econômicos, mas também sociais e políticos. O autor apresentou uma abordagem holística das problemáticas de suas obras, procurando argumentar como diversos elementos, em um ajuste fino, se relacionam no contexto da ordem ampliada de interação humana. Nesse sentido, a liberdade econômica é muito importante para a preservação e aprimoramento das tradições e costumes que foram (e são) fundamentais para a prosperidade humana, como a propriedade privada e os contratos,

por exemplo. Mais especificamente, um arranjo econômico livre permite que os agentes econômicos utilizem seus recursos eficientemente e se associem entre si de maneira voluntária. Logo, a prosperidade material decorrente desse processo contribui para uma sociedade estável, protegida contra regimes totalitários e com altos níveis de bem-estar.

A defesa da liberdade econômica de fato é mais robusta quando ela é entendida como um ente de proteção às conquistas que a humanidade obteve na sua evolução civilizacional. O bem-estar material e o progresso científico-tecnológico que a humanidade pôde vivenciar ao longo de sua história foram intensificados nos momentos em que as regras de propriedade, de contratos e de transações foram respeitadas, o que ocorre com mais efetividade mediante liberdade econômica. Preservar os costumes e tradições que fizeram a humanidade alcançar suas grandes conquistas é fundamental para o bem-estar social. A liberdade econômica é indispensável nesse processo.

3. Análise de dados sobre liberdade econômica

3.1 Aspectos fundamentais dos dados

Com base no conteúdo desenvolvido até aqui, percebe-se que as sociedades que apresentam graus elevados de liberdade econômica, na medida do possível, apresentam as seguintes características: equilíbrio institucional, governo limitado e leis que preservam os direitos de propriedade e os contratos; sistema de incentivos corretos à atividade empresarial, facilitando a criação de riqueza e a disseminação de bem-estar; entendimento sobre a subjetividade da atribuição do valor e respeito à liberdade transacional; reconhecimento pela evolução civilizacional humana e preservação dos costumes e tradições que permitiram o progresso econômico e a ascensão social.

Portanto, os países mais livres tendem a apresentar desempenhos mais satisfatórios que os menos livres em indicadores econômicos, políticos e sociais. Os números a seguir são de grande ajuda para essa análise. Eles foram extraídos do Relatório Liberdade Econômica no Mundo (Relatório LEM), publicado em 2018 pelo Fraser Institute. Os dados utilizados nessa obra são oriundos de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, sendo, pois, dignos de confiança. Essas instituições foram escolhidas, além do fator de confiabilidade, por disponibilizarem dados sobre um grande número de países.

O Relatório LEM analisou dados para 162 países, estabelecendo pontuações de 0 a 10 para cada uma das grandes áreas a seguir: [1] Tamanho do Estado (efeitos dos gastos governamentais e das alíquotas dos impostos na liberdade econômica); [2] Sistema Legal e Direito de Propriedade (importância do sistema legal como um determinante da liberdade econômica); [3] Moeda Forte (importância da moeda e de uma relativa estabilidade de preços no processo de trocas); [4] Liberdade Para o Comércio Internacional (análise da liberdade de trocas que cruzam fronteiras nacionais); e [5] Regulações de Crédito, Trabalho e Negócios (efeitos das regulações na entrada em mercados e na liberdade de engajar em trocas voluntárias) (GWARTNEY *et al*, 2018).

Cada área é dividida em componentes, sendo cada um deles analisado e avaliado (também de 0 a 10); alguns componentes também apresentam subcomponentes, que são avaliados de forma semelhante aos componentes. Na presença de subcomponentes, toma-se a média deles para se chegar à pontuação do componente. Em seguida, toma-se a média das pontuações dos componentes de cada área para se chegar à pontuação de cada uma das cinco

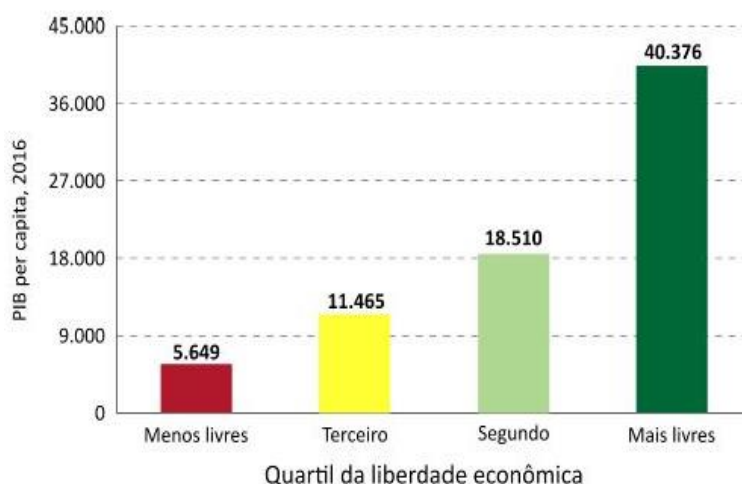
áreas. Ao final, é tomada a média das pontuações das cinco áreas para se chegar à pontuação final de cada país.

A seguir são apresentados sete indicadores que comparam variáveis econômicas, sociais e políticas dos 162 países analisados no Relatório LEM. Aqui os dados deles foram divididos em quatro quartis ordenados de baixo a alto. O impacto da liberdade econômica será avaliado ao longo do tempo. Dessa forma, usar-se-á a pontuação média de um intervalo de tempo longo. Portanto, cada indicador terá especificado o período de tempo ao qual se refere, recebendo também comentários a respeito de seus resultados. A exceção a essa regra, conforme se verá a seguir, é a respeito do indicador sobre desigualdade de gênero, no qual o Relatório LEM inclui dados somente do ano de 2015.

3.2 Liberdade econômica e renda *per capita*

A figura a seguir apresenta a renda *per capita* média por quartil dos países analisados, calculada através do PIB per capita (em US\$ ajustado à paridade do poder de compra) 2016. Os números representam a pontuação média no índice Liberdade Econômica no Mundo entre 1995 e 2016 (GWARTNEY *et al*, 2018). Conforme a figura a seguir, países com maior liberdade econômica possuem rendas *per capita* substancialmente maiores.

Figura 1 – Renda *per capita* média por quartil



Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.28).

O recurso aqui utilizado, o dólar internacional pela paridade do poder de compra (doravante PPC), permite medir o valor de uma moeda segundo seu poder de compra de uma cesta comum de bens e serviços em diferentes países (CHANG, 2015), tal que seja possível converter a renda de vários países para uma medida comum. A PPC pode ser analisada utilizando-se taxas de câmbio, PIBs dos países envolvidos e também números sobre renda e inflação dos mesmos. Essa teoria a respeito da PPC considera que existe uma taxa de câmbio de equilíbrio, para a economia de cada país, que pode ser analisada no longo prazo. De acordo com a teoria, duas moedas estão em equilíbrio quando um cesta de bens e serviços tem o mesmo valor nos dois países, levando em conta a taxa de câmbio entre eles (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2020).

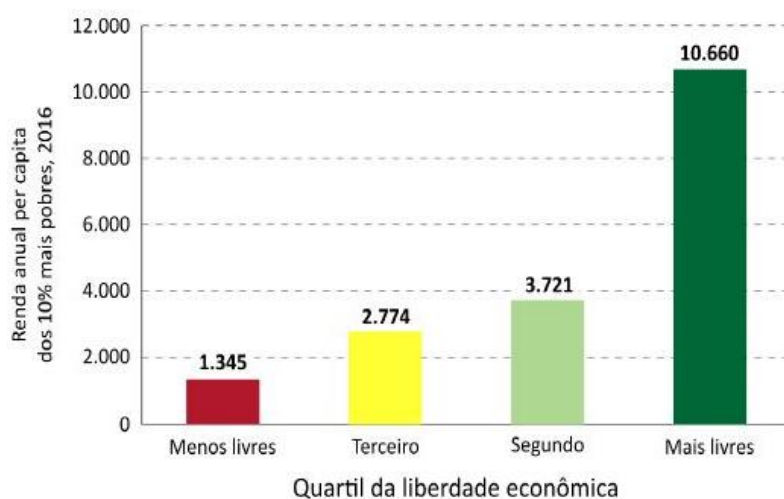
Para que a renda *per capita* se eleve ao longo do tempo, é preciso que a economia de um país proporcione os incentivos corretos para a elevação de capital físico e humano por trabalhador. Isso se dá, conforme visto na revisão de literatura, em um ambiente

desembaraçado tanto quanto possível, onde as empresas são livres para alocar seus recursos racionalmente (incluindo para investimentos em capital) e produzir riquezas; e onde as pessoas também são livres para decidir suas profissões e são incentivadas a progredir nesse caminho. Em um contexto intervencionista esse processo não flui da maneira correta. É por isso que os países do quartil de maior liberdade econômica tiveram o desempenho mais satisfatório nesse indicador.

3.3 Liberdade econômica e renda recebida pelos 10% mais pobres

A figura a seguir apresenta a renda recebida, em média, pelos 10% mais pobres de cada país do seu respectivo quartil. À semelhança do indicador anterior, aqui também se utiliza o dólar PPC, bem como pontuações médias no índice LEM entre 1995 e 2016. Conforme a figura a seguir, o valor da renda recebida pelos 10% mais pobres da população é muito maior nos países com mais liberdade econômica.

Figura 2 – Renda recebida pelos 10% mais pobres



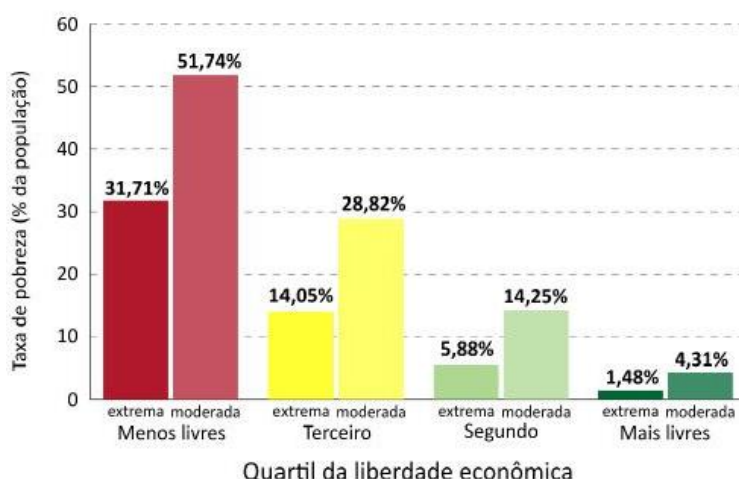
Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.29).

O ambiente econômico livre proporciona as melhores condições para que as sociedades progridam. Isso beneficia também os mais pobres, pois eles passam a ter muito mais oportunidades de estudo e trabalho do que teriam em outros sistemas econômicos, políticos e sociais. Para que os mais pobres de um país alcancem melhores de vida, é preciso incentivar ao máximo a produção de riquezas; privar a sociedade desse processo significa perpetuar as condições de pobreza para aqueles que já se encontram nela. A economia de livre mercado funciona justamente nessa direção, o que justifica o desempenho mais satisfatório também nesse indicador do quartil mais livre.

3.4 Liberdade econômica e taxas de pobreza extrema e moderada

A figura a seguir apresenta as taxas de pobreza extrema e moderada para os países de cada quartil. A taxa de extrema pobreza é o percentual da população de um país que vive com menos de US\$ 1,90 por dia. A taxa de pobreza moderada é o percentual da população de um país que vive com menos de US\$ 3,20 por dia. Nos dois casos, consideram-se dólares americanos de 2011 ajustados ao poder de compra de cada país (GWARTNEY *et al*, 2018). À semelhança do indicador anterior, aqui também se utilizam pontuações médias no índice LEM entre 1995 e 2016. Conforme a figura a seguir, a pobreza moderada e pobreza extrema são menores em países com mais liberdade econômica.

Figura 3 – Taxas de pobreza extrema e moderada



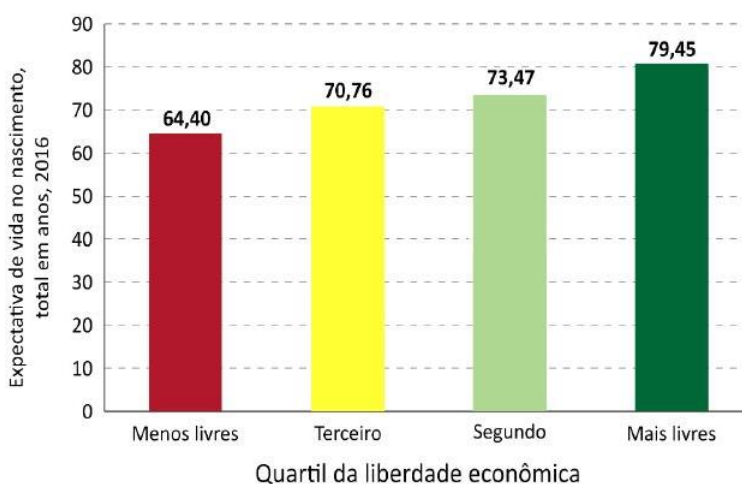
Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.31).

Se na economia de mercado existem mais incentivos à produção de riqueza, aos estudos e ao trabalho profissional, naturalmente a mobilidade social nesse arranjo é muito mais benéfica aos mais pobres. Aqueles que começam a vida em condições desfavoráveis, quando recebem os incentivos corretos, podem progredir ao longo dos seus dias através do trabalho, colhendo os frutos daquilo que produzem para a sociedade. Já em um contexto de intervencionismo, onde o governo concentra muitos poderes, é muito mais fácil tecer uma rede de privilégios econômicos, políticos e sociais por pura questão de conveniência. Isso complica consideravelmente a melhoria de vida para as classes mais pobres. É nessa perspectiva que os países do quartil mais livre também estão à frente nesse indicador.

3.5 Liberdade econômica e expectativa de vida

A figura a seguir apresenta a expectativa de vida média por quartil. À semelhança do indicador anterior, aqui também se utilizam pontuações médias no índice LEM entre 1995 e 2016. A expectativa de vida no nascimento é o número de anos que um recém-nascido pode viver caso as taxas de mortalidade registradas da população residente, no ano de seu nascimento, não se alterem ao longo de sua vida (INFOESCOLA, 2020). Alguns fatores contribuem positivamente para a elevação desse indicador, como sistema eficiente de saúde, acesso à escolarização, saneamento básico, e baixa criminalidade. Conforme a imagem a seguir, a expectativa de vida é quase 20 anos maior em países com mais liberdade econômica do que naqueles com menos.

Figura 4 – Expectativa de vida média por quartil

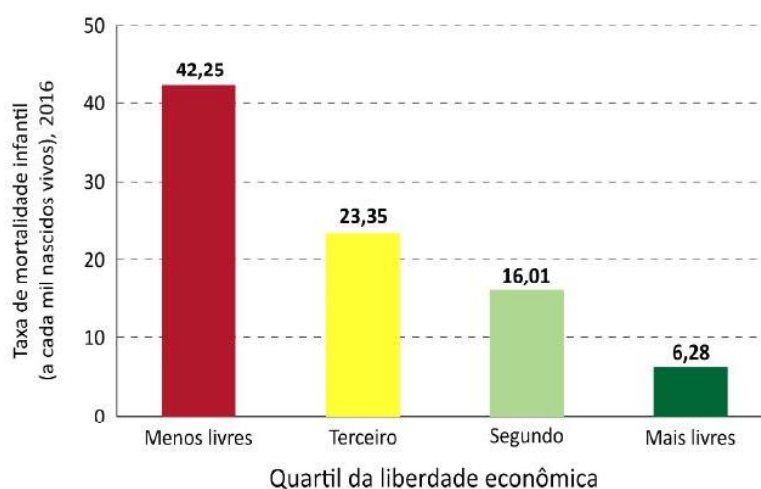


Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.30).

3.6 Liberdade econômica e taxa de mortalidade infantil

A figura a seguir apresenta a taxa de mortalidade infantil por quartil a cada mil nascidos vivos (GWARTNEY *et al*, 2018). À semelhança do indicador anterior, aqui também se utilizam pontuações médias no índice LEM entre 1995 e 2016. A título de esclarecimento, a taxa de mortalidade infantil pode ser reduzida quando há mais cuidados alimentares, por parte das famílias, e melhores condições materno-infantis de saúde. Conforme a figura a seguir, a taxa de mortalidade infantil é quase sete vezes maior nos países do último quartil de liberdade econômica em relação aos que estão no primeiro.

Figura 5 – Taxa de mortalidade infantil por quartil



Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.30).

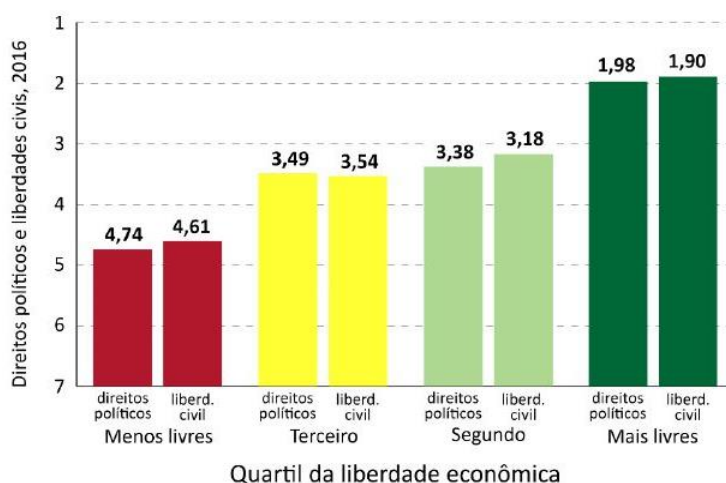
Os indicadores 3.5 e 3.6 serão comentados juntos, para fins de simplificação do comentário a respeito de ambos. A economia de mercado, conforme explicado ao longo da revisão de literatura, fornece os incentivos necessários à alocação racional dos recursos produtivos. Portanto, a oferta de bens e serviços à sociedade nesse arranjo provê aquilo que as pessoas precisam não apenas para sobreviver, mas também para desfrutar de maior bem-estar. É por isso que nas sociedades mais livres os indivíduos encontram com mais facilidade alimentos nutritivos, medicamentos confiáveis e serviços eficientes de saúde. Logo, nesse cenário, as famílias têm mais condições tanto para aumentar a longevidade das pessoas que a compõem quanto para prover o necessário para que as crianças nascidas tenham uma boa estrutura para se desenvolverem ao longo de suas vidas. Isso justifica a expectativa média de vida mais alta, bem como taxas mais baixas de mortalidade infantil, nos países mais livres. A oferta e a demanda também desses bens e serviços é mais bem articulada por meio do mercado.

3.7 Liberdade econômica e direitos políticos e liberdade civil

A figura a seguir apresenta os resultados sobre direitos políticos e liberdade civil. Eles são mensurados em uma escala de 1 a 7, onde 1 é o maior grau de direitos políticos e liberdades civis, e 7 o mais baixo (GWARTNEY *et al*, 2018). À semelhança do indicador anterior, aqui também se utilizam pontuações médias no índice LEM entre 1995 e 2016.

Conforme a figura a seguir, maior liberdade econômica está associada com mais direitos políticos e liberdades civis.

Figura 6 – Direitos políticos e liberdade civil

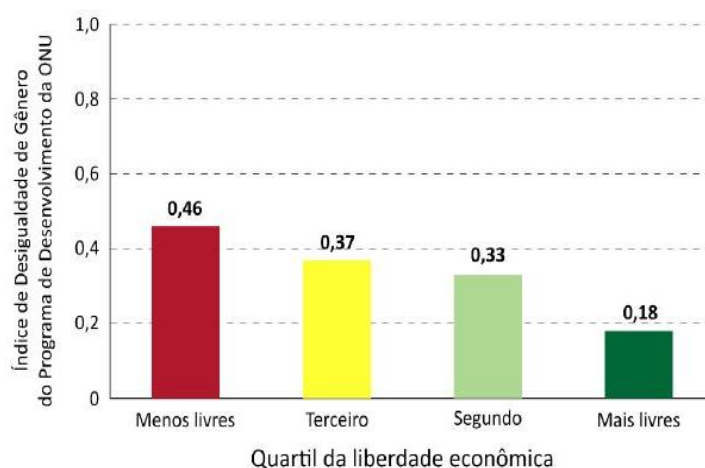


Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.31).

3.8 Liberdade econômica e o índice de desigualdade de gênero da ONU

A figura a seguir apresenta o índice de desigualdade de gênero da ONU para cada quartil. Esse índice analisa desvantagens com base no gênero a respeito de saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho para tantos países quanto for possível. Ele varia de 0, onde homens e mulheres se equiparam, a 1, onde um dos gêneros se sai o pior possível em todas as dimensões mensuradas. Os dados são para 2015 (GWARTNEY *et al*, 2018). Conforme a figura a seguir, homens e mulheres tendem a se equiparar em países com maior liberdade econômica.

Figura 7 – Índice de desigualdade de gênero da ONU



Fonte: Relatório LEM (GWARTNEY *et al*, 2018, p.32).

Os indicadores 3.7 e 3.8 também serão comentados juntos, à semelhança do que foi feito para os indicadores 3.5 e 3.6. No cenário onde há liberdade econômica, junto com estabilidade institucional, limitações ao poder do governo e regras justas de propriedade e de

contrato, as pessoas têm liberdade para expressarem suas opiniões, tomarem posições políticas, escolherem um trabalho, estudarem uma determinada área do conhecimento, produzirem obras literárias (e de outras mídias), entre outras atividades, incluindo aquelas necessárias ao consumo de bens e serviços. Portanto, uma sociedade livre não pode ser feita refém por um governo totalitário ou por qualquer outra organização com pretensões análogas. De forma semelhante, uma sociedade livre não impede coercitivamente um homem ou uma mulher de viver dignamente, ou de exercer a cidadania que cabe a todos que fazem parte da vida social. É nesse sentido que os países mais livres apresentam indicadores mais satisfatórios de direitos políticos, liberdade civil e igualdade de gênero.

4. Considerações finais

Conforme observado na revisão de literatura, e comprovado pela análise de dados, a liberdade econômica é fundamental para o bem-estar social. Os países que seguiram por caminhos mais livres experimentaram (e ainda experimentam) benefícios muito valiosos para suas sociedades nas três dimensões analisadas nesse trabalho: econômica, social e política.

Na dimensão econômica, os países mais livres apresentaram rendas mais altas, tanto em níveis médios quanto no nível de renda das classes mais pobres, e taxas menores de pobreza extrema e moderada. Quando o sistema econômico é livre da melhor maneira possível, e existe segurança jurídica para a propriedade e para os contratos, junto com estabilidade institucional, são dados os incentivos corretos à produção de riqueza para as empresas e para os indivíduos. Os agentes econômicos são direcionados para um comportamento eficiente e não fraudulento, que se reflete em elevações do capital físico na atividade empresarial em capital humano nos indivíduos. Nesse cenário, a produtividade e a renda podem crescer de forma sustentável, incluindo mais e mais pessoas nos benefícios do progresso econômico.

Na dimensão social, os países mais livres apresentaram expectativas de vida ao nascer mais altas e taxas mais baixas de mortalidade infantil. Isso proporciona mais condições de progresso social, pois indivíduos com boas condições de saúde tendem a ser mais produtivos de forma que contribuam para a formação de uma sociedade mais próspera e desfrutem de boa qualidade de vida. Dessa forma, problemas como criminalidade, doenças, fome são severamente atenuados, tal que níveis satisfatórios de bem-estar acompanhem as sociedades mais livres.

Na dimensão política, os países mais livres apresentaram graus mais elevados de liberdades civis e direitos políticos mais sólidos; esses países também obtiveram equiparação jurídica e profissional entre homens e mulheres mais robusta. Isso significa que a liberdade econômica também é útil para livrar as pessoas da tirania dos governos (e de qualquer outro órgão de pretensões semelhantes) e estabelecer condições mais justas para que as pessoas toquem a vida de forma produtiva e honesta.

Portanto, a liberdade econômica contribui para a formação de sociedades prósperas e justas, sobretudo nas dimensões aqui analisadas. O presente trabalho não pretende (e nem pode) esgotar os assuntos aqui apresentados, mas o conteúdo desenvolvido certamente pode efetuar as seguintes contribuições: esclarecer o processo de tomada de decisão dos formadores de políticas dos governos; contribuir para o desenvolvimento da atividade empreendedora, fundamental para a criação de riqueza e o progresso econômico; apresentar ideias que contribuam para os debates acadêmicos a respeito de assuntos econômicos, sociais e políticos. Discussões e estudos sobre a importância da liberdade econômica, assim como a respeito das demais liberdades necessárias para a vida social, são fundamentais para o enriquecimento

intelectual das sociedades. Compreender a importância da liberdade econômica é fundamental para a prosperidade da vida social em todas as suas dimensões, bem como para preservar as conquistas do desenvolvimento civilizacional da humanidade.

Referências

PACIEVITCH, Thais. Expectativa de Vida. **InfoEscola**, c2006. Disponível em: <https://www.infoescola.com/demografia/expectativa-de-vida/>. Acessado em: 28 de setembro de 2020.

O que é a Paridade do Poder de Compra e como calcular. **Dicionário Financeiro**, c2017. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/paridade-poder-compra/>. Acessado em: 28 de setembro de 2020.

NORI, *et al.* A escola austríaca de economia na história do pensamento econômico. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 7, n. 1, Jan.-Abr. 2019. Disponível em: <https://revistamises.org.br/misesjournal/article/view/1115/624>. Acessado em: 25 de agosto de 2020.

GWARTNEY, *et al.* Liberdade Econômica no Mundo: Relatório Anual de 2018. Instituto Fraser e Academia Liberalismo Econômico, 2018. Trad. Academia Liberalismo Econômico. Disponível em: <https://aleconomico.org.br/lem/LEM-Relat%C3%B3rio-2018.pdf>. Acessado em: 11 de setembro de 2020.

HAYEK, Friedrich August von. Os erros fatais do socialismo. Trad. Eduardo Levy. Barueri: Faro Editorial, 1ª Ed., 2017.

CHANG, Ha-Joon. Economia: Modo de Usar. Trad. Isa Mara Lando e Rogério Galindo. São Paulo: Editora Portfolio-Penguin, 1ª Ed., 2015.

IORIO, Ubiratan Jorge. Dez lições fundamentais de economia austríaca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1ª Ed., 2013.

IORIO, Ubiratan Jorge. Ação, tempo e conhecimento: a escola austríaca de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1ª Ed., 2011.

MISES, Ludwig von. As seis lições. Trad. Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 7ª Ed., 2009.

SMITH, Adam. A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas, volume 1. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1ª Ed., 1996.

MENGER, Carl. Princípios de economia política. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 3ª Ed., 1988.

BUTLER, Eamonn. A contribuição de Hayek às ideias políticas e econômicas de nosso tempo. Trad. Carlos dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1ª Ed., 1987.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. História do pensamento econômico. Trad. Carmem Terezinha Santoro dos Santos. São Paulo: Editora Atlas, 1ª Ed., 1983.

SAY, Jean-Baptiste. Tratado de economia política. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1ª Ed., 1983.